

08 fev 2021 / 16:51

Uma resposta de emergência com problemas que a inépcia do governo agrava

Inicia-se esta segunda-feira, 8 de fevereiro, uma nova temporada de ensino a distância, não se sabendo exatamente até quando se prolongará, tudo dependendo da evolução da situação epidemiológica.

O que se sabe é que, segundo tem sido divulgado publicamente, os computadores não chegarão antes de final de março, a tarifa social de Internet para as famílias só chegará em junho e a *Internet* móvel de banda larga nem se sabe se chegará. Também ficou a saber-se que os contratos com as operadoras para as sessões de “estudo em casa”, dirigidas ao ensino secundário, estavam por celebrar e que os docentes com filhos menores de 12 anos, por estarem em teletrabalho, não terão qualquer apoio, tendo de acompanhar filhos pequenos enquanto concretizam sessões síncronas e assíncronas com os seus alunos.

Confrontado, em março passado, com a falta de condições para o ensino a distância, os governantes garantiram, em abril, que perante nova emergência tudo estaria a postos para que não houvesse falhas, com computadores e internet móvel de banda larga para todos os alunos e professores. Provavelmente, convenceram-se os governantes que a sorte se iria manter do lado dos portugueses e a situação epidemiológica não se agravaria a ponto de as escolas voltarem a encerrar.

Entretanto, foram percebendo que assim não acontecia e que o número de escolas com casos de Covid-19 crescia aceleradamente, mas, ao invés de fazerem o que era sua obrigação, optaram por desvalorizar o problema, encobrendo os números e repetindo que as escolas não eram espaço de infeção e contágio, limitando-se a reconhecer a existência de umas meras dezenas de surtos. Confirmou-se, agora, na sequência de sentença do tribunal, que só em escolas públicas do continente, sem contar com o ensino superior, houve 2933 com casos de Covid-19. Se entrarmos em linha de conta com o privado, o ensino superior e as regiões autónomas, o número é superior a três mil.

Procurando contribuir para a resolução, dentro do possível, de problemas identificados, a FENPROF dirigiu, esta segunda-feira, um [ofício aos responsáveis do Ministério da Educação](#) com situações que têm sido reportadas pelos professores e urge regularizar. Decidiu, ainda, criar uma [plataforma](#) que está a divulgar junto dos docentes para monitorizar a forma como está a ser concretizado o ensino a distância e, na sequência do levantamento que for feito até final desta semana, propor soluções para os problemas identificados.

Confirmou a experiência do ano letivo passado que o ensino a distância é uma resposta de emergência com custos elevados para as aprendizagens de todos os alunos, agravados para alguns, por norma os que já sentem maiores dificuldades, que cava desigualdades profundas. Lamentável é que a inépcia do Governo agrave o problema, quando o que dele se esperava eram medidas que o atenuassem.

O Secretariado Nacional